



ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.


Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e catorze, às catorze horas e cinquenta minutos, na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, situada na Rua Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia, Capital, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio da Previdência Social, RPPS, do Município de Belo Horizonte, conforme convocação feita pelo Presidente com a presença dos seguintes conselheiros: Thiago Alexsander Costa Grego, Presidente, Afonso Celso Renan Barbosa, Beatriz de Oliveira Góes, Gleison Pereira de Souza, Marcelo Piancastelli de Siqueira, Sidnei Bispo, Célia de Lélis Moreira, Israel Arimar de Moura, Fábio Guaracy Fassy, Roberto Francisco Pereira, Robson Aparecido Torrezani, e Wanderson Paiva Rocha. Também presentes Rodrigo Vieira Lima, Secretário Municipal de Gestão Previdenciária, em substituição, e os servidores da Unidade Gestora do RPPS Roberta Ester Senna, Alexandre Fonseca e Suzana Maria Landim Nassif. Thiago Grego iniciou a reunião lendo os pontos de pauta. O primeiro ponto de pauta foi a ata da reunião anterior. Rodrigo Lima fez a leitura da ata. A ata foi considerada aprovada por todos. O segundo ponto de pauta foi apresentação do Relatório de Investimentos do RPPS-BH por Alexandre Fonseca. Foi informado que o saldo em conta em 30/06/2014 é de R\$ 90.175.009,61 (noventa milhões, cento e setenta e cinco mil, nove reais e sessenta e um centavos). Alexandre Fonseca disse que o mês de junho apresentou volatilidade e o fundo de investimento IMA-B 5+ apresentou rentabilidade negativa. O terceiro ponto de pauta foi apresentação da LOA-PPAG 2015. Alexandre Fonseca esclareceu que a diretriz da LDO para 2015 é considerar a inflação na construção da Proposta Orçamentária Anual (POA), ou seja, 5% para 2015 e 4% para os dois exercícios seguintes. Entretanto a SMAGP fez um estudo orçamentário por comparação entre a despesa liquidada dos exercícios de 2009 a 2013 e a despesa prevista para o exercício de 2014, e considerou o índice médio de 13,88% para correção do orçamento dos benefícios de aposentadoria e pensão. Alexandre Fonseca apresentou a proposta orçamentária 2015 para o FUFIN levando em consideração o índice médio encontrado no estudo supracitado e o aumento do número de aposentadorias concedidas. Assim, os valores apresentados para as Propostas Orçamentárias do FUFIN foram de: R\$ 738.582.717,00 para o exercício de 2015, o que corresponde a um aumento médio de 9,03% em relação ao Orçamento de 2014; R\$ 768.136.985,00 para o exercício de 2016, o que corresponde a um aumento médio de 4% em relação aos valores apresentados para 2015; e R\$ 798.874.945,00 para o exercício de 2017, que corresponde a um aumento médio de 4% em relação aos valores de 2016. Os incrementos apresentados para os exercícios de 2016 e 2017 seguiram a diretriz apresentada na LDO 2015, o que Alexandre Fonseca explicou aos Conselheiros que esses valores serão novamente foco de estudos orçamentários no próximo exercício. Israel Arimar perguntou como o Tesouro tem se preparado para suportar estes aportes crescentes, considerando que a despesa com o FUFIN tende a aumentar e a receita a diminuir. Thiago Grego explicou que isto é um desafio constante e que a Previdência não só municipal mas em todo o país tem enfrentado desafios. Logo em seguida, Alexandre Fonseca apresentou a POA 2015 para o BHPREV. Por ter sido criado em fins de 2011, o estudo orçamentário realizado para o BHPREV não apresentou um índice médio de crescimento orçamentário uniforme e consistente, e as Propostas Orçamentárias apresentadas foram trabalhadas em função de novos entrantes no BHPREV, além do reajuste salarial previsto para o exercício de 2014. Assim, Alexandre Fonseca apresentou os valores de orçamento para os próximos exercícios, quer sejam: R\$ 2.260.762,00 para a POA 2015, aumento médio de 14,80% em relação à 2014; R\$ 2.351.189,00 para a POA 2016, aumento médio de 4% em relação à 2015; e R\$ 2.445.226,00 para a POA 2017, aumento médio de 4% em relação à 2016, sendo que esses dois últimos aumentos serão objeto de novos estudos orçamentários nos próximos exercícios, assim como para o FUFIN. Passou-se em seguida para a apresentação da taxa de administração. A Taxa de Administração segue o mesmo parâmetro de estudo do BHPREV, pois foi criada com o advento da Lei Municipal 10.362/2011, e seu estudo para construção orçamentária dos próximos três exercícios levou em consideração todos os esforços que a Unidade Gestora pretenderá manter para o funcionamento dos Fundos Previdenciários. Alexandre Fonseca apresentou os valores da Taxa de Administração: R\$ 3.924.206,00 para o exercício de 2015, aumento médio de 45,62% em relação à 2014; R\$ 2.979.771,00 para o exercício de 2016, queda de 24,07% em relação à 2015; e R\$ 3.098.943,00 para o exercício de 2017, aumento médio de 4% em relação à 2016. Marcelo Piancastelli questionou os aumentos consideráveis nos Serviços de Pessoa Física e Serviços de Pessoa Jurídica, da ordem de 109% e 1.163,51% respectivamente. Alexandre Fonseca explicou que,



Márcio Dutra explicou que foi aprovada Lei, de 18 de julho de 2014, que abriu o crédito especial no orçamento para acobertar o pagamento dos aluguéis. Wanderson Rocha solicitou o número da Lei e Márcio Dutra ficou de encaminhar. Nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada às 10:19 eu, Roberta Ester Senna (Roberta Ester Senna), lavrei a presente ata que deverá ser assinada pelos presentes.



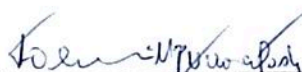
Thiago Alexander Costa Grego



Célia de Lélis Moreira



Afonso Celso Renan Barbosa



Fábio Guaracy Fassy




Beatriz de Oliveira Góes




Israel Arimar de Moura



Gleison Pereira de Souza



Wanderson Paiva Rocha



Marcelo Piancastelli de Siqueira



Sidnei Bispo